

CURSO: Serviço Social

Memória Social e Prisão: reflexões sobre as políticas públicas no âmbito da execução penal.

Memória Social e prisão: uma análise da política pública de execução penal na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira.

Orientador: Lobelia da Silva Faceira

Candidato a Bolsa de Iniciação Científica: Beatriz de Paula Moreira

PLANO DE ESTUDO
(Máximo de 7 páginas)

1. Contextualização do tema

O presente plano de trabalho está articulado a pesquisa intitulada *Memória Social e Prisão: Reflexões sobre as políticas públicas no âmbito da execução penal*, que tem a proposta de analisar a prisão como esfera de produção e reprodução da estrutura social no âmbito da sociedade capitalista, considerando que as mesmas reproduzem o contexto contraditório da própria sociedade.

A Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – denominada como Lei de Execuções Penais (LEP) - é um dos instrumentos legais que normatizam os direitos e deveres dos presos, prevendo a concessão de políticas públicas – caracterizados como direitos ou benefícios - no processo de cumprimento da pena. Em seu artigo 11, a respectiva legislação estabelece que as formas de assistência aos presos são compostas pelo direito à assistência material, jurídica, religiosa, social, educacional e à saúde.

O objeto deste plano de estudo é problematizar a operacionalização destas políticas setoriais – assistência social, jurídica, religiosa, educacional e de saúde - no contexto da Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira. Este plano foi elaborado a partir da minha experiência como bolsista de incentivo acadêmico no projeto de extensão “Universidade e Prisão: um diálogo crítico e dialético”, desenvolvido na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira (SEAPEB), situada no Complexo Penitenciário de Gericinó no Estado do Rio de Janeiro.

A SEAPEB foi criada em 16 de setembro de 1957 como um anexo da Penitenciária Lemos de Brito com a finalidade de desenvolver trabalho para os internos dessa penitenciária. Devido a sua localização, a ênfase foi dada ao trabalho agrícola, no entanto, eram desenvolvidas atividades administrativas, de cozinha, barbearia, hospital, setor de esportes, zeladoria e setor de obras e reparos. A referida unidade prisional era destinada ao cumprimento

da pena privativa de liberdade de presos considerados de menor periculosidade e com penas menores que 4 anos, e, até o ano de 1972, não possuía muros, apenas cerca de arame.

A SEAPEB desvincula-se da Penitenciária Lemos de Brito em 13 de fevereiro de 1963, pelo decreto nº 1524 e adquire autonomia financeira e administrativa passando a se chamar Instituto de trabalho, reeducação e ensino profissional, devido a transformação da Colônia Penal Cândido Mendes, mantendo a mesma estrutura e finalidades.

Em um primeiro momento, o Instituto era destinado para presos em regime semiaberto, com possibilidade de residir nos arredores da instituição com sua família. Para tal fim, era necessário índice de comportamento ótimo e possuir família legalmente constituída.

O Serviço Social é implantado na referida unidade prisional na década de 1960 com a criação da divisão cultural e de serviços sociais. No entanto, eram predominantes as práticas assistencialistas, uma vez que não existia uma política de assistência institucionalmente constituída.

O sistema jurídico até 1967 era incipiente pelo que se tem registro na penitenciária.

A assistência médica funcionava com um médico para atendimento ambulatorial, na época a capacidade de vagas era de 1.056, com o efetivo não precisado. Funcionava também nas dependências do instituto o Hospital Deoclécio Dantas do Amaral.

Em 28 de julho de 1966, pelo decreto Nº646, o Instituto passou a se chamar Penitenciária Esmeraldino Bandeira, voltando a funcionar o espaço industrial, uma vez que, em meados de 1965 passou a funcionar em regime fechado.

A penitenciária passa a ter um efetivo cujos os internos eram condenados a penas de até 8 anos, possuindo alguns internos com penas mais longas. O Serviço Social atuava junto aos internos e sua família, além da administração dos parlatórios de visita íntima, realidade que se perpetua atualmente.

Desenvolve-se o sistema jurídico, funcionando com 2 advogados e 3 estagiários, no sentido de obter benefícios aos internos e na resolução de processos pendentes.

Na assistência médica atuam 3 médicos e 4 enfermeiros diariamente e 5 dentistas em escala.

Na área da educação passa a funcionar a Escola Ary Franco, para ensino de 1º grau, nos períodos da manhã e da tarde, telecurso de 1º e 2º graus.

Em 02/08/2005, pelo Decreto 38073, a unidade prisional passa a denominar-se Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira. Atualmente, a unidade possui um galpão industrial, que possui diversas oficinas de trabalho para os presos, estes também desenvolvem atividades laborativas nos diversos setores técnicos e administrativos da unidade prisional, e,

ainda, no ambulatório médico, na sala de leitura e na Escola de Ensino Supletivo Angenor de Oliveira Cartola, que funcionam no interior da unidade prisional.

As atividades industriais desenvolvidas hoje compreendem a fabricação de tijolos ecológicos, embalagens descartáveis de alumínio (quentinhas), fontes e vasos artesanais, placas e tarjetas automotivas e reciclagem de pallets (estrutura de madeiras), pães que são levados a todo o sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

O objeto de estudo deste plano de estudo consiste em analisar as ações de educação, trabalho, jurídicas, religiosas, culturais, psicológicas e sociais desenvolvidas nesta unidade prisional, no sentido de problematizar se as políticas públicas estão sendo efetivadas na perspectiva de garantia de direitos sociais, de acordo com o Art. 11 da LEP.

2. Principais Objetivos

Objetivo Geral

Analisar a operacionalização das políticas setoriais de assistência social, psicológica, jurídica, religiosa, educacional, de saúde e trabalho no contexto da Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira.

Objetivos Específicos

- Ler e estudar os principais autores da perspectiva marxista e da criminologia crítica que abordam o debate da historicidade das prisões no âmbito da sociedade capitalista.
- Verificar a operacionalização das assistências ao preso - sociais, psicológicas, jurídicas, religiosa, educacional, de trabalho e saúde – na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira.
- Problematizar em que aspectos (qualitativos e quantitativos) as respectivas políticas setoriais, desenvolvidas no âmbito da execução penal, configuram-se como garantia ou violação de direitos.

3. Principais Atividades

- Levantamento bibliográfico nos arquivos da Biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária, do Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (inaugurado em 31.01.2017) e pesquisas complementares.

- Mapeamento e estudo da legislação pertinente ao campo da execução penal.
- Realização de entrevista com os presos e funcionários da SEAPEB.
- Reuniões periódicas de discussão, troca de informações e planejamento sobre o desenvolvimento da pesquisa.
- Participação no grupo de estudos e pesquisa sobre privação e restrição da liberdade.
- Preparação do relatório parcial das atividades desenvolvidas.
- Organização, análise dos dados e preparação de resumos para submissão em fóruns de divulgação científica no segundo semestre de 2017 e no primeiro de 2018.
- Apresentação dos resultados parciais em fóruns acadêmico-científicos e, especificamente, na Semana de Iniciação Científica/ UNIRIO.

4. Metodologia

A pesquisa social proposta nesse projeto é de natureza qualitativa, à medida que analisando a operacionalização das políticas setoriais de saúde, trabalho, educação, religiosa, assistência social e jurídica efetivada na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, estaremos articulando os aspectos qualitativos e quantitativos na busca de uma totalidade e complementaridade. Ou seja, a pesquisa apresentará a frequência e regularidade dos fenômenos sociais, destacando as percepções e representações elaboradas pelos diversos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa possui como universo de estudo os presos da SEAP-EB, que participam do projeto de extensão “Universidade e Prisão: um diálogo crítico e dialético”. Esclarecemos que participam semestralmente 70 presos no referido projeto. No sentido de garantir a viabilidade do processo de coleta de dados e ainda de priorizar os aspectos qualitativos da pesquisa, decidimos realizar uma amostragem não probabilística, por acessibilidade. Ou seja, a pesquisa terá como amostragem o público alvo de 10 internos, que participam do respectivo projeto de extensão. Também realizaremos entrevistas com os profissionais que desenvolvem atividades laborativas no âmbito das políticas setoriais: 01 enfermeiro, 01 professor, 01 instrutor (das oficinas de trabalho), 01 psicólogo, 01 assistente social, 01 agente religioso, 01 defensor público.

Utilizamos como técnicas de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, dando ao entrevistado a oportunidade de discorrer sobre o tema em questão. E a análise de documentação obtida na Biblioteca e Museu da Escola de Gestão Penitenciária.

